

CSD MARCA PRESENÇA NA ALEP

O Comando Sindical Docente (CSD), coletivo que reúne as seções sindicais das sete universidades estaduais do Paraná, marcou presença neste dia 30 de março na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O objetivo foi apresentar aos deputados as pautas referentes à data-base e à carreira docente.

Foram realizadas visitas a diversos gabinetes, tanto da situação quanto da oposição, para a manutenção do diálogo, com a entrega de cálculos demonstrativos do grau de defasagem salarial e a apresentação da proposta de reformulação da carreira dos docentes do ensino superior.

Durante as conversas com deputados e assessores, estes foram instados a apresentar verbalmente as demandas apresentadas por docentes durante a sessão plenária. Posteriormente, a sessão foi acompanhada pelos representantes docentes do CSD, e as demandas foram contempladas por diversos deputados. Após a sessão na Alep, o governo anunciou, no fim da tarde de hoje, a proposta de encaminhamento da data-base de 5%, que passa a valer a partir de maio.

Importante informar que o governo não anunciou proposta de recomposição salarial pela via da alteração da carreira do magistério do ensino superior. O CSD vem construindo a campanha salarial pela equiparação com o piso nacional do magistério da educação básica. Reivindicação ignorada pelo governo e que não foi apresentada à Alep, da mesma forma que desconsiderou a reivindicação da incorporação do professor titular na carreira.

O CSD reforça que esse mísero índice de 5% representa uma afronta direta ao funcionalismo público, diante de uma defasagem salarial expressiva de **52,18%**. O governo de Ratinho Jr. acumulará imensa defasagem salarial pelo não pagamento integral da data-base, expressando uma das maiores marcas de desvalorização dos/das servidores/as públicos do estado paranaense. Esse é o “método Ratinho Jr. de governar”, desmentindo o que foi veiculado na matéria a partir do pronunciamento do governador de que “A concessão da data-base é um compromisso que estamos cumprindo com seriedade (...) garantindo a reposição com responsabilidade fiscal, valorizando quem dedica sua vida ao serviço público”. Da mesma forma, é falacioso o que o governador Ratinho Jr. diz ao mencionar que “Estamos fazendo um investimento histórico na valorização dos nossos servidores, com responsabilidade e equilíbrio”. Investimento histórico ou defasagem salarial histórica?

Na mesma direção, o governo vangloria-se ao pronunciar que vai liberar promoções e progressões funcionais ao longo de 2026. Ora, isso é um direito dos/as servidores/as públicos e, portanto, um dever do estado. Não há benesse nem favor.

Esse fato comprova que apenas com forte mobilização e organização política das diferentes categorias que compõem o funcionalismo público é que se encontram as reais possibilidades de enfrentamento a um governo que não prioriza e ataca os direitos dos/as servidores/as públicos, provocando inconcebível arrocho salarial.

Comando Sindical Docente